



PERIFERIAS: PRODUÇÃO DO ESPAÇO E REPRODUÇÃO DA VIDA

Thiago Canettieri

UFMG | thiago.canettieri@gmail.com

Elisa Favaro Verdi

USP | elisa.verdi@usp.br

Resumo geral: A produção do espaço capitalista impõe sua própria lógica e suas contradições (Lefebvre, 2000). Essa produção se caracteriza pela expansão do espaço abstrato e de sua dimensão quantitativa sobre todos os aspectos da vida cotidiana. Sampaio (2015) argumenta que as diversas formas e vetores da “violência da urbanização” decorrem da propriedade privada como base para a vida urbana. A propriedade privada da terra é estabelecida como o único critério para o modo de viver na cidade e, assim, reproduz a mercadoria, que é o núcleo da sociabilidade capitalista.

Como observa Damiani (2009, p.311), “as cidades se tornam os espaços privilegiados da produção mercantil do espaço” e, dessa forma, transformam-se em locais de domínio da mercadoria. Certamente, esse processo não ocorre de maneira uniforme em todos os lugares. Embora seja abrangente, impondo a mercadoria como o único critério para a produção do espaço, sua implementação não acontece sem gerar fragmentações e hierarquizações espaciais. Assim, é possível reconhecer que a produção do espaço na periferia difere daquela no centro. Mesmo em áreas periféricas onde as normas formais não prevalecem, a sociabilidade baseada na propriedade se reproduz. Essa organização do espaço e da vida cotidiana resulta em uma privação do urbano. As classes populares desenvolvem suas próprias respostas a essa configuração, que imitam, negociam e tensionam com a noção jurídica de propriedade privada, no próprio ato de reprodução da vida.

A urbanização brasileira é caracterizada pela criação de periferias, uma vez que uma parte significativa da classe trabalhadora ou está desempregada ou enfrenta superexploração e, portanto, depende da autoprodução de suas próprias moradias e bairros, incorporando terrenos distantes às dinâmicas de urbanização (Oliveira, 2003). Essa dinâmica de “urbanização periférica” (Caldeira, 2017) envolve lógicas transversais que negociam e tensionam com o Estado, práticas de autoprodução do espaço da casa e do bairro e, embora constitua espaços de resistência, também acumula adversidades. Nesse sentido, pode-se compreender as periferias como a expressão espacial de desigualdades estruturais resultantes de um conjunto de relações. Nas periferias, portanto, desenvolvem-se práticas particulares de produção do espaço e de reprodução social.

Esta Sessão Livre tem por objetivo apresentar pesquisas sobre a produção do espaço e de reprodução social em territórios periféricos brasileiros. As pesquisas apontam para diversas estratégias que os habitantes da periferia mobilizam em suas vidas cotidianas. Espera-se que, a partir desta discussão, a Sessão Livre possa oferecer um quadro analítico crítico da realidade periférica brasileira, contribuindo para a compreensão da produção do espaço periférico e das formas de reprodução social em diferentes contextos.

GEOGRAFIAS DA REPRODUÇÃO SOCIAL CRÍTICA: NOTAS DE UMA PESQUISA EM ANDAMENTO EM UMA PERIFERIA DE BELO HORIZONTE

Thiago Canettieri

UFMG | thiago.canettieri@gmail.com

As recentes transformações do espaço periférico que produziram uma maior complexidade interna às periferias (Richmond et. al. 2021; Rizek, 2022), somadas aos desdobramentos da crise do trabalho no Brasil, cujos efeitos são sentidos especialmente nos territórios periféricos, obrigam a construção de pesquisas que compreendam os modos de reprodução social nessas áreas, transitando nas tênues fronteiras que separam o legal e o ilegal; o formal e o informal; o lícito e o ilícito; o trabalho e o desemprego, entre outras (Telles, 2011; Feltran, 2011; Simoni, 2020; Beraldo, 2022).

Esta comunicação tem por objetivo apresentar algumas considerações de uma pesquisa em andamento que busca refletir sobre as *geografias da reprodução social crítica* em uma periferia de Belo Horizonte. Com esse conceito, busco designar as várias estratégias empreendidas por sujeitos periféricos para garantirem sua reprodução em um contexto de crise. Deste modo, apresentarei elementos para compreender as formas de reprodução de *trabalhadores sem trabalho* que mobilizam vários meios para acessarem dinheiro (Feltran, 2014) - meio de efetivação da reprodução no mundo da mercadoria e, deste modo, produzem uma *urbanização sem salário*.

A dinâmica da vida cotidiana nas periferias brasileiras é marcada por adversidades acumuladas resultantes das desigualdades estruturais. Especialmente num contexto de crise, no qual o trabalho e o salário são reconfigurados e deixam de ser o amálgama da sociabilidade e o meio privilegiado da reprodução dos indivíduos e suas famílias, tornam-se flagrantes os variados modos de sobrevivência que são colocados em movimento pelos sujeitos periféricos. Envolve uma combinação de estratégias de reprodução que passa por programas de assistência (formais ou informais), micro-empresendimentos, endividamento, práticas rentistas, ações ilegais e a formação dos associativismos comunitários. Todos estes são meios que garantem a reprodução social num contexto de crise e, entender essa complexa trama é condição para se compreender a realidade periférica brasileira.

A DÍVIDA COMO DISPOSITIVO DE EXPLORAÇÃO: APONTAMENTOS DE PESQUISA COM MULHERES ENVIDADAS POR REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PRIVADA NA PERIFERIA DE SÃO PAULO

Elisa Verdi

USP | elisa.verdi@usp.br

Esta apresentação compartilha os resultados parciais da pesquisa, em andamento, acerca da chamada regularização fundiária privada. Abordaremos, especificamente, uma área em processo de regularização na Zona Leste de São Paulo negociada com a empresa Terra Nova. Tal empresa, respaldada pela Lei n. 13.465, de 11 de julho de 2017, medeia conflitos fundiários entre moradores de áreas ocupadas em terrenos privados e os proprietários destes terrenos, de modo a empreender a regularização por um mecanismo de compra e venda dos lotes ocupados. Na prática, os moradores compram a prazo os seus lotes do proprietário, sendo a negociação e os pagamentos mediados pela empresa. Atualmente, a Terra Nova está presente em 30 comunidades, quatro estados, atende cerca de 40 mil pessoas e está envolvida na regularização de mais de 3 milhões de m² de áreas urbanas particulares.

No caso da área desta pesquisa, as famílias negociaram a regularização com a empresa em 2017, começando a pagar as parcelas dos seus respectivos lotes na ocupação em 2018. A empresa propagandeia a possibilidade de pagar parcelas “que cabem no bolso”, estabelecendo um contrato de compra e venda com cada família e cobrando parcelas mensais para, ao fim de em média 10 anos de pagamento, emitir um título de propriedade daquele lote para a família ocupante.

A presente pesquisa nesta área tem como foco 3 mulheres chefes de família que estão neste processo de regularização dos seus lotes. Trata-se de um contexto em que essas mulheres, trabalhadoras informais e precarizadas, endividam-se com a empresa regularizadora, de modo a revelar que a dívida opera como um dispositivo de exploração. A hipótese aqui defendida é que o endividamento estrutura a reprodução social dessas mulheres, pois as obriga a aceitar qualquer trabalho para pagar à empresa, mensalmente, as parcelas da regularização. Qualquer forma de obtenção de renda, portanto, seja ela legal ou ilegal, formal ou informal, se torna cada vez mais descontínua, enquanto a dívida é permanente (Cavallero e Gago, 2020). Assim, não importa com o quê e nem em quais condições se trabalhe, o que importa é pagar a dívida. Nesse sentido, o endividamento demonstra mais uma faceta da transitoriedade permanente (Rolnik, 2019) que marca a reprodução da vida dessas mulheres. Tal endividamento aponta para uma crise na reprodução social na medida em que indica o estado constante de crise, assim constituindo, para essas mulheres e suas famílias, a condição de viver a reprodução social crítica.

A DIMENSÃO NECRODEMOGRÁFICA NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO E NO COTIDIANO URBANOS

Danilo Volochko (UFPR)

UFPR | danilovolochko@gmail.com

A apresentação trata de alguns elementos trabalhados em pesquisas realizadas nas periferias da metrópole de Curitiba, particularmente de dimensões da violência (ou da dimensão das múltiplas violências) reproduzidas como fundamento da produção do espaço e da sociabilidade atuais. Desigualdades socioespaciais historicamente presentes em nosso país são constantemente repostas e atualizadas nas periferias urbanas por processos neoliberais (entre eles a financeirização) como expansão de fronteiras de mercantilização do espaço e da vida cotidiana. Trata-se de um processo violento, que produz e reproduz a violência nos planos político, econômico, social, ambiental, cultural e territorial. Em particular, nos debruçamos sobre a articulação entre a violência de uma urbanização (Sampaio, 2015) capitalista baseada na terra e nos imóveis como mercadorias que realizam a propriedade privada e sua valorização, a intensificação da financeirização da vida e a violência do Estado, com as crescentes formas de contenção e letalidade de sujeitos periféricos (sobretudo da população negra empobrecida) com privações de liberdade, encarceramentos e assassinatos cometidos por agentes da segurança pública. Problematicamos também como uma sociabilidade violenta (Machado da Silva, 2004) permeia os conflitos entre polícias, milícias e facções que operam o mundo do crime e as porosidades cotidianas, no plano da prática socioespacial. Na constelação de opressões, figuram ainda as muitas modalidades de precarização do trabalho e a (re)emergência das situações de fome no urbano. Diante disso, discutiremos de que modo a noção de necrodemografia pode se constituir como um fio ou nexos condutor para a análise articulada do neoliberalismo, do Estado e do urbano atuais, apontando a radicalidade da(s) luta(s) urbanas também como luta pela vida nas favelas, ocupações e periferias das cidades e metrópoles.

PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA EM PERIFERIAS DE SÃO PAULO: ILEGALISMOS SOB LÓGICA RENTISTA

Isadora de Andrade Guerreiro (FAU/USP)

USP | isaguerreiro@uol.com.br

A produção dos territórios periféricos em São Paulo se alterou com a crise do assalariamento, a mudança de perfil socioeconômico, o acesso ao crédito, as políticas públicas de habitação e a formação de ambiente de mercado multiescalar com arbitragem por operadores de mercados ilegais. Redes de negócios empreendedores, entre eles, a produção imobiliária, surgem como oportunidade de investimento para o dinheiro acumulado nesses territórios. Novas edificações em áreas de abertura de fronteira, de uso rentista, indicam novos arranjos de poder, baseados em ilegalismos que articulam escalas de uma produção para mercado, disputando as formas de associativismo político do período anterior.

Observamos a presença de novos atores, formados num contexto de consolidação dessas áreas. Interessa analisar a articulação dos mesmos à dinâmica de operação de mercados ilegais, que têm participado seja das condicionantes para a existência de um mercado imobiliário pujante, seja da sua arbitragem ou diretamente da sua produção. Tratamos especificamente da presença direta ou enunciada do Primeiro Comando da Capital (PCC), que conforma um ambiente de mercado informal que se dá por concorrência aberta arbitrada de uma variedade de negócios, inclusive o imobiliário.

Em novas áreas em disputa, os operadores de mercados ilegais terão papel diferenciado, por tratar-se de atividade que envolve a mobilização de novos ilegalismos: se a autoconstrução já envolvia os jogos com a lei para viabilizar a reprodução social da vida nos marcos da posse da terra (Rolnik, 1997), agora se trata da mobilização de ilegalismos para a mercantilização da produção desse espaço, vinculada a formas extrativas que gerem precariedades dentro da conformação de um estado de transitoriedade permanente (Rolnik, 2019).

Entendemos que não é mais possível olhar para as periferias a partir da lógica estrita do valor de uso da moradia por uma classe trabalhadora assalariada. Falamos de um contexto de crise do assalariamento e do seu lugar como centro das relações políticas no marco do direito social. O ambiente de mercado no qual o empreendedorismo viceja constrói outras formas de arbitragem, circulação e apropriação de riqueza, não escapando a produção do espaço de suas necessidades. Assim, a produção e a gestão de territórios periféricos atualmente compõem a formação de uma nova classe popular cujos expedientes de sobrevivência são subsumidos às necessidades de capitais rentistas que conformam uma nova trama de poder – físico e decisório – em meio à disputa com poderes baseados em lógicas familiares ou comunitárias, ligadas ao valor de uso do espaço.

EMPREENDENDO NAS SOBRAS DO PROGRESSO: CONTINUIDADES E MUDANÇAS DO PROJETO FAMILIAR NA PERIFERIA DE SÃO PAULO

Henrique Costa (Cebrap)

Cebrap | hen.costa@gmail.com

Entre as décadas de 1970 e 1980, firmava-se na periferia de São Paulo a ocupação iniciada anos antes tanto por trabalhadores expulsos das regiões centrais quanto pela intensa migração das zonas rurais para a cidade, fruto de seu desenvolvimento econômico robusto, porém desigual e centrífugo. Foi através das autoconstruções em lotes na maioria das vezes irregulares que essa população despossuída se estabeleceu em localidades carentes de infraestrutura urbana, providas basicamente de estradas de terra naquele momento. Sem financiamento ou ajuda governamental, esse foi o padrão da expansão periférica na capital paulista, onde, impulsionados pelo sonho da casa própria, milhares de trabalhadores usaram seu tempo livre e suas economias escassas para, pouco a pouco, concretizar um projeto familiar de progresso e cidadania (Holston, 2013; Durham, 1988; Sader, 1988).

Para aqueles que sacrificaram tempo, dinheiro e bem-estar em nome da realização da segurança e da coesão da família, a casa própria foi um símbolo do progresso alcançado e que permitiu aos seus filhos estender os estudos e adiar o ingresso na população economicamente ativa. O momento subsequente, contudo, é atravessado por outras dinâmicas inerentes ao mercado de trabalho.

Nesses territórios, o empreendedorismo enfrenta obstáculos dados de antemão – insuficiência de capitais econômicos e sociais de indivíduos muitas vezes em situação de sofrimento. Por outro lado, a propriedade imobiliária – acompanhada de outros fenômenos, como o aumento da escolarização – abriu novas possibilidades para uma geração crescida em “um mundo já revirado” pela reestruturação do mundo operário (Telles, 2006; Tomizaki, 2006; Sennett, 2012; Comaroff, Comaroff, 2000) e para famílias “em seu projeto de mobilidade de classe sustentado pela aposta no trabalho estável e em suas contrapartidas sociais” (Feltran, 2010, p. 585).

A lógica do empreendedorismo, nesta interpretação, é semelhante à lógica da autoconstrução, de progresso contínuo com vistas à mobilidade social. Esta comunicação explora uma forma específica de empreendedorismo que resulta da economia moral da vida sem salário (Thompson, 2012; Scott, 1976; Costa, 2024) nos territórios populares. Contudo, não ignora as contradições desse processo: no relato de interlocutores de pesquisa, as ambições mobilizadas pela experiência universitária sugerem uma distinção entre suas visões de mundo; a propriedade da casa, que outrora representou uma série de renúncias pessoais e familiares, hoje permite que os filhos usufruam dela para estudar, adiar a entrada no mercado de trabalho e empreender. São nessas brechas que os discursos de incentivo ao empreendedorismo encontram ressonância, fazendo crescer no indivíduo o desejo de autonomia.

REFERÊNCIAS

BERALDO, A. *Negociando a vida e a morte: estado, igreja e crime nas margens urbanas*. São Carlos: Ed.UFSCar, 2022.

CALDEIRA, T. Peripheral urbanization: autoconstruction, transversal logics, and politics in cities of the global south. *Environment and planning D: society and space*, 35(1), pp.3-20, 2017.

CAVALLERO, L., GAGO, V. *Una lectura feminista de la deuda*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2020.

COMAROFF, Jean; COMAROFF, John. Millennial capitalism: First thoughts on a Second Coming. *Public Culture*, 12(2), 2000.

COSTA, Henrique. Empreendedorismo popular e a economia moral da vida sem salário. *Revista do IEB*, n. 87, 2024.

- DAMIANI, A. L. Urbanização crítica e produção do espaço. *Revista Cidades*, 6(10), pp.305-339, 2009.
- DENNING, Michael. Wageless life. *New Left Review*, 66, pp. 79-97, 2010.
- DURHAM, Eunice. "A sociedade vista da periferia". In: KOWARICK, Lúcio (org.). *As lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- FELTRAN, Gabriel. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. *Revista de Antropologia*, v. 53, n. 2, 2010.
- FELTRAN, G. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- FELTRAN, G. O valor dos pobres: a aposta do dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. *Cadernos CRH*, Salvador, 27(72), pp.495-512, 2014.
- HOLSTON, James. *Cidadania insurgente: Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 2000.
- OLIVEIRA, F. *Crítica da Razão Dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- RICHMOND, M. A. KOPPER, M. OLIVEIRA, V. C. PLACENCIA, J. G. Espaços periféricos, ontem e hoje. In: RICHMOND, M. A. KOPPER, M. OLIVEIRA, V. C. PLACENCIA, J. G. (Org.). *Espaços periféricos: política, violência e território nas bordas da cidade*. São Carlos: EdUFSCar, 2021.
- RIZEK, C. Periferias: revisitando fraturas e crises. In: CARLOS, A. F.; RIZEK, C. *Direito à cidade e direito à vida: perspectivas críticas sobre o urbano e a pandemia*. São Paulo: IEA/USP, 2022.
- ROLNIK, R. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo, Studio Nobel/Fapesp, 1997.
- ROLNIK, R. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2019.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SAMPAIO, R. A violência do processo de urbanização. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). *Crise urbana*. São Paulo: Contexto, 2015.
- SCOTT, James C. *The moral economy of the peasant*. New Haven and London: Yale University Press, 1976.
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SIMONI, C. Periferia e fronteira: o governo dos pobres nos confins da urbanização. In: CARLOS, A. F.; CRUZ, R. de C. (Orgs.). *Brasil, presente!* São Paulo: FFLCH, 2020.

TELLES, V. *A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2011.

TELLES, V. "Mutações do trabalho e experiência urbana". *Tempo Social*, v. 18, n. 1, 2006.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOMIZAKI, K. A herança operária entre a fábrica e a escola. *Tempo Social*, v. 18, n. 1, 2006.